

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 07.554.076/0001-08

Relatório de Administração Dezembro de 2022

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 31 de dezembro de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

encerrou o exercício de 2022 com um lucro de R\$ 738 mil. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente do caixa.

Índice de Basileia: A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Conglomerado

Prudencial era de 31,60%. **Gerenciamento de Riscos:** A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes à atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos: A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e à Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	26	111
Instrumentos Financeiros		26.786	26.151
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	26.786	25.679
Títulos e Valores Mobiliários	6	-	472
Outros Ativos		1.503	1.810
Diversos	7	1.503	1.810
Total do Ativo		28.315	28.072

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2022	2021
Provisões	8	1.688	559
Outras Obrigações		1.586	2.082
Diversos	9	1.586	2.082
Obrigações Fiscais Diferidas	11.c	1.129	2.258
Patrimônio Líquido		23.912	23.173
Capital social		12.595	12.595
De domiciliados no País	12.a	12.595	12.595
Reserva Legal		2.519	2.519
Reserva Especial de Lucro		8.798	8.059
Total do Passivo		28.315	28.072

Demonstração dos Resultados - Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)				
	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receitas da intermediação financeira		1.678	3.000	1.160
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	1.678	3.000	1.160
Resultado bruto da intermediação financeira		1.678	3.000	1.160
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.258)	(1.930)	(1.033)
Outras despesas administrativas	16	(174)	(468)	(628)
Despesas tributárias	17	(80)	(143)	(55)
Outras receitas operacionais	18	21	58	330
Outras despesas operacionais	19	(1.025)	(1.377)	(680)
Resultado operacional		420	1.070	127
Resultado não operacional		-	(36)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		420	1.034	127
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	(71)	(296)	372
Provisão para imposto de renda		(663)	(799)	(390)
Provisão para contribuição social		(420)	(509)	(298)
Reversão de passivo fiscal diferido		1.012	1.012	1.060
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		349	738	499
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R\$		74,51	157	106

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	-	-22.799
Lucro do exercício	-	-	-	499	499
Dividendos propostos	-	-	-	(125)	(125)
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	374	(374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	-	-23.173
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.595	2.519	8.059	-	-23.173
Lucro do exercício	-	-	-	739	739
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.595	5.038	8.059	739	23.912
Saldos em 30 de junho de 2022	12.595	2.519	8.059	389	23.562
Lucro do semestre	-	-	-	349	349
Constituição de reservas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.595	2.519	8.059	739	23.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e para o Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005. No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reunidas no mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram:

a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo; e Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. Principais Diretrizes Contábeis

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis: a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. d) **Títulos e valores mobiliários:** São classificados na carteira de "negociação", avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício. Os títulos classificados na categoria de "títulos para negociação" são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento. A Corretora, em conformidade com o CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). e) **Ativos e passivos:** Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado. f) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. g) **Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso; h) Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas; i) **Passivos contingentes -** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota; j) **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias -** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. k) **Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para imposto social, até 31 de dezembro de 2022, era de 16% do lucro antes dos investimentos. h) **Uso de estimativas:** Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	27	111
Aplicações em depósitos interfinanceiros	23.249	19.413
Total	23.276	19.524

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2022	2021			
	Até 3 meses	Até 3 De 1 a meses	3 anos Total		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.786	26.786	19.413	6.266	25.679
Total	26.786	26.786	19.413	6.266	25.679

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 3.537 (R\$ 6.266 em 2021), referem-se a recursos financeiros garantidos em "escrow account", devido à venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento:

	2022	2021		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
Até 3 meses	-	-	472	472
Total de títulos para negociação			472	472
Circulante	-	-	472	472
Total de títulos e valores mobiliários	-	-	472	472

A Corretora em 31 de dezembro de 2022 não possuía títulos e valores mobiliários custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A posição existente em 31 de dezembro de 2021 foi liquidada em março de 2022.

7. Outros Ativos - Diversos

	2022	2021
Impostos e contribuições a compensar	922	827
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	581	896
Despesas antecipadas	-	38
Outros	1	49
Total	1.504	1.810
Circulante	1	88
Não Circulante	1.503	1.722

8. Provisões

	2022	2021
Provisão para riscos trabalhistas (*)	1.641	503
Fornecedores a pagar	12	10
Publicação e serviços de assessoria	36	46
Total	1.689	559
Circulante	48	56
Não Circulante	1.641	503

(*) Refere-se às ações trabalhistas que estão sendo discutidas na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como "provável" a perda (nota 10a).

9. Outras Obrigações - Diversas

	2022	2021
Dividendos a pagar	-	125
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.308	688
Impostos e contribuições a recolher	15	11
Credores - Conta Liquidações Pendentes	263	1.258
Total	1.586	2.082
Circulante	1.586	2.082

10. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Obrigações Legais

a) **Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

	2022	2021		
	Pro-Depósitos visão	Pro-Depósitos judiciais	Pro-Depósitos visão	Pro-Depósitos judiciais
Descrição				
Provisões para riscos cíveis: (a)	-	-	124	-
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	1.641	581	503	772
Total	1.641	581	503	896

(a) Em 31 de dezembro de 2022, a Corretora possuía 5 processos de natureza cível (5 em dezembro de 2021), no montante total de R\$ 164 (R\$362 em dezembro de 2021), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível. (b) Em 31 de dezembro de 2022, a Corretora possui 4 processos de natureza trabalhista (3 em dezembro de 2021), sendo 3 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 1.641 (2 em dezembro de 2021, no montante de R\$ 503), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 584 (1 em dezembro de 2021, no montante de R\$ 4). A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do ano calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) **Movimentação das provisões para riscos: Trabalhistas Cíveis Total**

	2022	2021
Saldo em 31/12/2020	800	-
Constituição (nota nº 19)	22	649
Reversão (nota nº 18)	(304)	-
Pagamento processo	(15)	(649)
Saldo em 31/12/2021	503	-
Saldo em 31/12/2021	503	-
Constituição (nota nº 19)	1.138	31
Reversão (nota nº 18)	-	-
Pagamento processo	-	(31)
Saldo em 31/12/2022	1.641	-

a) **Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:**

	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	1.035	127
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 16% (*)	(390)	(45)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(48)	47
Outras despesas indutíveis/outras receitas não tributáveis	(48)	47
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(422)	136
Constituição (Reversão) de provisões para contingências trabalhistas	(455)	119
Outros	33	17
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	564	234
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do exercício (296)	(372)	(372)

(*) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 16%, a partir de 1º de julho de 2022, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2022 (20% em 2022).

b) **Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias:** A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

Prejuízo fiscal e base negativa

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	13.999	14.563
Outras provisões temporárias	952	497
Total de créditos tributários não contabilizados	14.951	15.060

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:**

	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	1.035	127
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 16% (*)	(390)	(45)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(48)	47
Outras despesas indutíveis/outras receitas não tributáveis	(48)	47
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(422)	136
Constituição (Reversão) de provisões para contingências trabalhistas	(455)	119
Outros	33	17
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	564	234
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do exercício (296)	(372)	(372)

(*) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 16%, a partir de 1º de julho de 2022, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2022 (20% em 2022).

b) **Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias:** A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

Prejuízo fiscal e base negativa

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	13.999	14.563
Outras provisões temporárias	952	497
Total de créditos tributários não contabilizados	14.951	15.060

12. Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022, e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.686.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

b) **Dest**